

FALA! *Intersindical*



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS ELETRICISTAS
ABEE Nacional

Fundação 29/06/1937 CNPJ 42.408.831/0002-28

Endereço: Av. Presidente Vargas, 633 - sala 707 – Centro - Rio de Janeiro – RJ: CEP 20071-004

ALERTA VERMELHO NO SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL

Nota Pública 01/2018 – ABEE Nacional, março 2018.

O apagão ocorrido no dia 21 de março de 2018, deixando 12 estados sem energia, mesmo sob o comando do competente Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, deixa um alerta para os consumidores: do industrial, aos hospitais, até o mais simples residencial.

Para a Engenharia Brasileira que contribui com o planejamento, tomada de decisões, execução e operação do Sistema Elétrico, o apagão, foi um sinal claro de que é preciso uma parada estratégica para repensar o Modelo em curso. Uma nota explicativa para a sociedade brasileira sobre a grave ocorrência é uma obrigação indeclinável do Governo. Mas o Governo não pode ficar só neste contexto de explicações, que na verdade objetivam minimizar os negativos efeitos políticos. São necessárias medidas estruturantes e preventivas, com base em planejamento, para que se possa evitar tais ocorrências.

A Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas – ABEE Nacional, que congrega profissionais da Engenharia Nacional, por dever de ofício, vem à público exigir muito mais.

Desde a edição da MP nº 579, em 2012, a ABEE tem acompanhado com muita preocupação o seu reflexo no Setor Elétrico, em particular nas empresas do Grupo Eletrobrás, que tiveram expressiva parte de suas receitas abruptamente ceifadas, ocasionando gigantescos prejuízos em seus balanços.

Mas os equívocos tornam a se repetir. Manifestações políticas emanadas do Governo, endereçadas à sociedade, não vão alterar a realidade do Setor. É nossa obrigação, como instituição da sociedade civil organizada, alertar o Executivo, o Congresso Nacional, Instituições vinculadas ao segmento de energia, assim como também as Associações Representativas e de Classe, cujos objetos de atuação envolvem a questão energética, para uma série de graves ocorrências que tem contribuído para a desorganização do fornecimento de energia aos mercados consumidores. Iniciamos nosso alerta pelo Órgão Regulador, a ANEEL, que tem sofrido contínuos e profundos cortes orçamentários, dificultando sobremaneira o exercício de sua missão institucional, que é a regulação e a fiscalização de todos aqueles agentes econômicos responsáveis pela produção, transmissão e distribuição da energia no Brasil. Outro Órgão de fundamental importância para o Sistema Elétrico Nacional é o ONS, responsável pela segurança operacional elétrica e garantia da entrega da energia com qualidade para toda a população brasileira. Mesmo com toda a sua expertise, não consegue evitar que a atuação num equipamento de proteção deixe mais de 70 milhões de pessoas sem energia, que hoje é considerada bem essencial, e por um período considerado longo. A ausência de planejamento, a

diversidade de interesses abrigados sob o pálio governamental, a descapitalização da Eletrobrás, hoje mais do que nunca, tende a desenhar um cenário caótico de eventos tais como o último apagão.

Obrigatória e urgente se torna uma reflexão sistêmica sobre as condições adversas a que está submetido o Setor Elétrico Nacional. A crise do déficit hidrológico existente nos contratos dos geradores é o melhor exemplo. Nos referimos a não aplicação do fator GSF (Generation Scaling Factor), que por força de centenas de liminares, limitou a ANEEL de compensar 6 bilhões de reais. Os impactos são economicamente desastrosos e atingem desde o maior até o menor agente econômico gerador. Se uma solução negociada não surgir, alguns agentes serão obrigados a entregar ao poder concedente suas pequenas usinas hídricas, com impactos imprevisíveis no mercado futuro de energia. O Modelo Energético Brasileiro tem de sofrer uma reformulação profunda e urgente, a partir de premissas que possam contemplar fatores informados pela demanda, as sucessivas crises hidrológicas, a dinâmica econômica, necessidade de infraestrutura técnica atualizada, antes que o açodado e desastrado movimento do Governo Federal pela venda do Grupo Eletrobrás se consolide. A iniciativa do Executivo, cuja única finalidade é cobrir o seu déficit fiscal, cuja sangria é absurdamente contínua, está em debate no Congresso Nacional. O governo comete o erro capital de não levar em consideração a necessidade premente de, em primeiro lugar, rever o Modelo Energético vigente, para, posteriormente, se pensar no gerenciamento do Setor Elétrico. Sem se saber as dimensões e as interconectividades do que se tem a gerenciar, esse gerenciamento é impossível.

Então, pensar em privatização, seja lá o nome que se dê, se torna um ato insano, senão um descalabro completo.

Hoje nós temos um Congresso Nacional onde boa parte dele é constituído por representantes que não tem as mínimas condições de avaliar a grandeza do Grupo ELETROBRAS e sua dimensão estratégica para o Estado Brasileiro. Seja pelo papel de atuar como agente moderador na fixação tarifária, seja atuando na geração e transmissão estruturante a longas distâncias, cobrindo as vastas dimensões continentais do país.

O Governo se esquece, para se dizer o mínimo, da relevantíssima questão hídrica Nacional e sua integração com o meio ambiente. É temerário pensar-se em alienar tamanho patrimônio, que traz agregado a si enormes reservas hídricas, antes de se ter equacionado adequada e suficientemente o uso múltiplo das águas, de que se servem inúmeros agentes econômicos que da água sobrevivem ou produzem outros bens.

É inaceitável a linha adotada pelo Governo, detido tão somente nas vãs explicações meramente operacionais e limitadas a discutir a “falha”, ou não, de um simples equipamento de segurança, tecnicamente projetado pela engenharia para proteger o sistema. Omite-se totalmente em não debater as consequências óbvias e a dimensão do prejuízo imposto a economia nacional, por conta da ausência de um planejamento operacional que possa evitar tais incidentes. Da maneira como a situação está posta, torna-se impossível medir o resultado do déficit de energia ocorrido nos 12 estados brasileiros.

Para os Engenheiros Eletricistas representados pela ABEE Nacional, é preciso interagir com o processo de renovação política que se inaugurará com a instauração do processo eleitoral desse ano. Urge a necessidade de uma expressiva renovação qualitativa do Congresso Nacional, de forma que o Modelo Energético implantado no Setor Elétrico, seja profundamente reestruturado.
